

MAIO DE 68: NOVAS SUBJETIVIDADES, MICROPOLÍTICAS E RELAÇÕES DE PODER

Leonel Azevedo de Aguiar*

Resumo: A proposta desse artigo é adotar o acontecimento Maio de 68 como referência teórica para discutir determinados conceitos formulados por dois pensadores franceses: Foucault e Guattari. A partir desses pensadores contemporâneos, pretende focar a emergência das novas subjetividades, a formulação de um novo conceito de poder e as relações entre poder e saber.

Palavras-chaves: Maio de 68; novas subjetividades; poder; saber.

Abstract: This article aims at reflecting on the events which occurred in May 68 as a theoretical background in order to discuss a few concepts formulated by two French thinkers: Foucault and Guattari. From these contemporary thinkers, it is possible to focus on the emergence of subjectivities, on the new concepts of power, as well as on the relation between power and knowledge.

Keywords: May 68; new subjectivities; power; knowledge.

* Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social e do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Jornalista graduado pela UFF. E-mail: leonelaguiar@puc-rio.br

Introdução

O acontecimento Maio de 68 gerou um ponto de inflexão no campo de ação política da Modernidade, pois as temáticas de inovadoras formas de lutas sociais desenharam um contexto histórico que criou condições de possibilidade para a elaboração da noção de microfísica do poder e a produção de novas subjetividades¹. Uma interpretação estática² avalia Maio de 68 como uma revolução cultural, segundo o esquema moderno de uma oposição política: ao poder e sua opressão correspondem sua revolta e vontade de liberação. A partir dos marcos teóricos de Foucault e Guattari, Maio de 68 pode ser interpretado como “acontecimento filosófico”³ que contesta os processos de modelização de subjetividades pela “linha de montagem”⁴ do capitalismo mundial integrado e marca rupturas com os modos de subjetivação hegemônicos. A noção de acontecimento aqui utilizada é dada por Deleuze e Guattari em *Mai 68 n'a pas eu lieu*.

Nos fenômenos históricos como a Revolução de 1789, a Comuna, a Revolução de 1917, sempre existe uma parte de acontecimento, irreduzível aos determinismos sociais, às séries causais. Os historiadores não gostam desse aspecto: eles restauram, posteriormente, as causalidades. Mas o próprio acontecimento está separado ou em ruptura com as causalidades: é uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis.⁵

Nessa perspectiva, a análise empreendida nesse artigo discute os processos de subjetivação contemporâneos e a invenção das linhas de fugas através das quais pode surgir uma multiplicidade de singularizações. É no cenário político resultante da conjuntura histórica da década de 1960 que emergem os movimentos sociais produtores de novas subjetividades – os novos sujeitos da História.

As mulheres, os detentos, os doentes nos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte do movimento revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem a tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular.⁶

Entendemos que refletir sobre a questão das relações de poder nas sociedades contemporâneas, utilizando o método genealógico do filósofo Michel Foucault, significa realizar uma análise “a partir de uma questão presente”⁷. Para os novos movimentos sociais que entram na cena política no contexto de Maio de 68, as relações de poder deixam de ser um problema periférico para se tornarem uma questão política central; ou seja, passam a compreender que o poder é exercido através de uma rede difusa e plural que se manifesta nas práticas da vida cotidiana, não estando apenas localizado em um ponto único e centralizado do Estado. Como veremos mais adiante, a concepção de poder teorizada pelo método genealógico de Foucault, é semelhante, pois critica as análises tradicionais do pensamento marxista por só enxergarem a manifestação do poder na forma do Estado; para o filósofo, essas análises levam, “quando nos voltamos para os indivíduos, a que só encontremos o poder em suas cabeças, sob a forma de representação, aceitação ou interiorização”⁸.

Deleuze afirma que o movimento 1968 foi o resultado de uma longa série de acontecimentos mundiais e de uma diversidade de correntes de pensamento internacionais que já ligavam “a emergência de novas formas de lutas à produção de uma nova subjetividade”⁹. Além de citar alguns desses acontecimentos – a experiência iugoslava da autogestão, “primavera de Praga” e sua repressão, a revolução cubana, as guerras antiimperialistas no Vietnã e na Argélia –, destaca o surgimento de uma nova classe trabalhadora e seu sindicalismo, as lutas no campo, as manifestações estudantis e as “casas abertas” no âmbito das instituições psiquiátricas. Enfim, uma série de lutas políticas e experiências sociais que têm em comum um profundo questionamento das condições presentes de vida.

Quanto às correntes de pensamento, Deleuze cita as discussões levantadas por Lukács em *História e Consciência de Classe*¹⁰, obra na qual, segundo o filósofo francês, já estava colocada a questão de uma nova subjetividade. Aponta também as teorizações da Escola de Frankfurt, a autonomia proposta por Mário Tronti, a reflexão de André Gorz sobre a nova classe trabalhadora, grupos como *Socialismo ou Barbárie* e, principalmente, as importantes contribuições de Félix Guattari e sua noção de micropolítica do desejo. A partir desse quadro histórico, Deleuze pergunta se os acontecimentos que levaram a 1968 não estavam vinculados a três questões: qual a nossa “verdade” hoje? Que poderes é preciso enfrentar e quais são as nossas possibilidades de resistência hoje? Será que não estamos participando da produção de uma nova subjetividade?

Segundo Deleuze, após Maio de 68, Foucault vincula-se a temática das novas formas de luta política, com o GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões) e a questão dos detentos. É neste contexto que elabora a noção de microfísica do poder, explicitada em *Vigiar e Punir*. A partir de então, Foucault é levado a pensar e a viver, de um outro modo, o papel do intelectual e, assim, ele chegará “à questão de uma nova subjetividade, cujos dados ele transforma depois, de *Vontade de Saber* até *Uso dos Prazeres*, dessa vez provavelmente em contato com os movimentos americanos”¹¹. Entretanto, são nas entrevistas, falando sobre os acontecimentos de 68, que Foucault aprofunda os processos de constituição das novas subjetividades e utiliza, de fato, esta terminologia.

Entendemos, porém, indo um pouco mais além da afirmativa deleuziana, que a problematização dos modos de subjetivação já está presente nas primeiras obras de Foucault – *História da Loucura e Nascimento da Clínica* – quando ele estuda a relação entre o saber (a Psiquiatria e a Medicina) e as práticas de internamento enquanto espaços institucionais de controle do louco e do doente. Essa perspectiva teórica prossegue e modula-se em seus diversos estudos, quando introduz novos e inquietantes problemas acerca das prisões e da sexualidade. Ou seja, traz para o campo teórico temas até então considerados secundários e menores, seja no campo filosófico ou político. É por isto que apostamos em Foucault para discutir a questão das novas subjetividades: por pensar, de um modo radicalmente diferente, as relações de poder e saber, da subjetividade e da política.

Maio de 68 também significou que as forças que não estavam ligadas ao ideal da revolução e que não se vinculavam ao fundamento político moderno – isto é, a luta de classes como centro da questão política, polarizada no enfrentamento burguesia *versus* proletariado – entram em cena. “Pode-se dizer que o que aconteceu a partir de 68 era profundamente anti-marxista”¹², afirma Foucault ao apontar que, até então, existia a identificação do marxismo como o único processo revolucionário. O cenário político que surge a partir de Maio de 68 cria as condições de possibilidade para a emergência de novos movimentos sociais que apostam que as mudanças sociais só acontecerão se os mecanismos de poder que funcionam fora dos aparelhos de Estado, no nível da vida cotidiana, forem modificados. Emergência, na conceituação foucaultiana, significa pontos singulares do aparecimento de algo que se produz no jogo de forças, a entrada em cena das forças, designando um lugar de afrontamento, ou melhor, “um não-lugar”, “teatro sem lugar”¹³ onde os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Construir estratégias específicas de luta significa questionar como o poder se exerce, em que consiste esse exercício e qual é a sua mecânica¹⁴, além de apontar as relações entre produção de subjetividade e poder. A questão ético-política dos novos movimentos sociais é colocar a questão da subjetividade vinculada ao exercício do poder, onde a noção de poder passa a ser entendida como uma ação sobre outra ação que produz uma dobra. A partir de Maio de 68, os movimentos sociais incorporam aos campos de luta contra as experiências fundamentais de dominação – na ordem étnica e na ordem econômica –, as problematizações na ordem da subjetividade. Além dessas duas formas de dominação na sociedade – nas ordens étnicas e econômicas –, a dominação na ordem da subjetividade surge como problema político central na configuração social contemporânea.

O problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos¹⁵.

Analítica do poder

Já realizamos, em um trabalho anterior, uma apresentação sobre os posicionamentos de Foucault e Deleuze em torno das questões conceituais sobre as relações de poder e saber¹⁶. Aqui, retomaremos determinados pontos da noção de poder para vincular com os processos de subjetivação. A partir do método genealógico, Foucault estuda o poder disciplinar em *Vigiar e Punir* e, em *A Vontade de Saber*, analisa o biopoder. No quadro típico da Modernidade, a analítica foucaultiana aponta como o poder se exerce nas práticas gerais e cotidianas, destacando um poder disciplinar enquanto dispositivo produtor de saber. Essa é a modalidade moderna do poder centralizada na produção de processos de individualização, postos em prática a partir de determinados dispositivos: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e as técnicas de exames. O poder disciplinar marca o momento em que se efetua a troca do eixo político da individualização.

No regime disciplinar moderno, o processo de individualização torna-se descendente, sendo que – quanto mais anônimo e funcional em seu exercício – mais o poder vai individualizar. “Em um sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto; o doente o é antes do homem são; o louco e o delinquente mais que o normal e o não-delinquente”¹⁷. Ou seja, com a Modernidade, há uma transformação nos processos de individualização, passando dos mecanismos histórico-rituais das sociedades feudais para a formação da individualidade por mecanismos científico-disciplinares; a modelização subjetividade daí resultante – o indivíduo moderno – tornar-se uma realidade produzida pelas tecnologias do poder disciplinar. O indivíduo moderno e o saber que dele se pode ter se originam do poder disciplinar que produz os seus objetos e seus discursos do verdadeiro.

Ao analisar a inovadora concepção de poder formulada por Michel Foucault, Deleuze destaca a ruptura com os postulados que fundamentaram as críticas marxistas tradicionais¹⁸. O postulado da propriedade do poder é concebido como restrito a relações de posse a partir de uma classe dominante. Apesar de não negar a existência das classes sociais e da luta de classes, a analítica foucaultiana do poder coloca as lutas políticas em outros cenários, com novos sujeitos históricos. O poder é mais uma estratégia do que propriedade de uma classe que o conquistou; ou seja, o poder “se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas”¹⁹. Sendo uma estratégia, os efeitos do poder são atribuídos a disposições, manobras, táticas, técnicas e funcionamentos. As relações de poder não são unívocas e são definidas por inúmeros pontos de luta e focos de instabilidades, comportando possibilidades de lutas e de inversão – ainda que transitória – da relação de forças.

O postulado da localização se limita a descrever o poder enquanto poder de Estado, isto é, centralizado nos aparelhos de Estado. Entretanto, o que possibilita ao poder tornar seu exercício inteligível e usar seus mecanismos de saber não está no foco único de soberania. Aliás, a soberania do Estado é apenas uma das formas terminais de poder. É preciso inverter a direção: o Estado é resultante de uma multiplicidade de agenciamentos políticos situados em níveis diferentes e que constituem uma microfísica do poder. Assim, ao contrário das análises clássicas do pensamento marxista que só enxergam a manifestação do poder na forma do Estado, o poder não está localizado exclusivamente no Estado e nos seus “aparelhos ideológicos”: apesar de não ser uma unidade global de dominação, o poder está em toda parte, não existindo um lugar privilegiado de onde possa ser exercido. Mesmo sendo exercido localmente, o poder não é localizável em um determinado lugar porque é difuso, ubíquo, atravessando todas as linhas da vida social, conduzindo seus efeitos até os elementos mais infinitesimais.

O postulado da subordinação apresenta o poder sempre dependente diretamente de um modo de produção, ou seja, subordinado a uma infra-estrutura econômica. Devemos substituir a imagem piramidal marxista por um plano de imanência onde os focos de poder e suas tecnologias compõem um número equivalente de segmentos que se articulam uns sobre os outros. As características dessa modalidade de poder são a imanência de seu campo, a continuidade de sua linha e de seus segmentos, não contando com unificação transcendente, centralização global ou totalização distintiva. Assim,

no seu próprio modo de atuação, as relações de poder possuem um papel de produção, sendo efeito imediato das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nelas e, reciprocamente, as condições internas destas diferenciações. Ao contestar as teses de que o poder localiza-se no aparelho de Estado e está subordinado a uma infra-estrutura econômica, Foucault afirma que as relações de poder são imanentes a outros tipos de relações – aos próprios processos econômicos, mas também às relações de saber, às relações etc –, não estando em posição de superestrutura, mas possuindo, “lá onde atuam, um papel diretamente produtor”²⁰.

Agir por violência ou ideologia, reprimindo ou iludindo, faz parte da modalidade do poder. Só que antes de agir por repressão, o poder “produz realidade”²¹; antes de ideologizar, produz “campos de objetos e rituais da verdade”²². Contrapondo-se a tese de que o poder age apenas pela violência ou pelo convencimento ideológico, deve-se afirmar a positividade produtora do poder: demarcar realidades, ativar processos de subjetivação, individualizar os corpos, fazer agir e falar. O poder é uma rede produtiva que atravessa com eficácia todo o corpo social, não sendo apenas uma instância negativa que tem por função reprimir. Se o poder fosse identificado apenas com proibição e repressão, não seria possível justificar a adesão daqueles que a ele se submetem. Portanto, no enfoque foucaultiano, poder não é mais, necessariamente, aquilo que se censura e que se reprime: a proibição e o interdito, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. O poder é produtivo: mais do que atuarem por repressão e violência, as relações de poder são produtivas. O poder produz saber, imbricando continuamente poder e saber, de modo que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder”²³.

Pelo postulado da essência ou do atributo, o poder qualifica aqueles que o possuem como classe dominante em oposição binária e global aos que são dominados. Mas o poder é operatório e relacional, não tendo essência nem sendo atributo que qualifique seus detentores. Ou seja, a relação de poder é o conjunto das relações de forças, passando pelas forças dominantes e dominadas. Devemos compreender o poder como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização, sendo recusada a reificação e polarização do poder. Se “o poder vem de baixo”²⁴, ele se espacializa não apenas quanto a seus efeitos mas também em relação aos seus pontos de singularidades. As múltiplas correlações de força se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas fábricas, nos grupos restritos e instituições, sendo suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social.

Compreender o poder como multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização é nomeá-lo como uma situação estratégica complexa numa determinada sociedade. Esta onipresença do poder aponta que ele provém de todos os lugares, atuando em um nível micropolítico e sendo exercido a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. O poder se distribui por lateralidades, possuindo um papel produtor nos diversos afrontamentos locais: as relações de poder são intencionais, pois são exercidas a partir de cálculos, miras, objetivos.

Pelo postulado da legalidade, o poder do Estado tem seu princípio na lei, signo da imparcialidade e justiça. Nesta concepção, a lei é definida em oposição à ilegalidade e o Estado de Direito se opõe à força. Outra perspectiva é entender a lei como uma composição de ilegalismos, que esta mesma lei diferencia ao formalizá-los. A crítica é contra a concepção de que o poder do Estado se exprime na lei, entendida como um estado de paz imposto, como suspensão forçada ou voluntária de uma guerra. No entanto, apenas uma parte da multiplicidade de correlações de força toma a forma de guerra ou política, duas estratégias diferentes que podem se transformar uma na outra. Se a política for agora a guerra prolongada por outros meios, a lei se tornará simultaneamente a própria guerra e a sua estratégia em ato. Ou seja, o modelo jurídico não recobre mais o mapa estratégico das forças.

Analisar os mecanismos do poder a partir de uma estratégia imanente às correlações de força é apontar para os investimentos na ordem do poder político. Afirmer a regra da imanência é dizer que não há nenhuma exterioridade entre as técnicas de saber e as estratégias de poder, ainda que cada

uma tenha seu papel específico e que se articulem entre si a partir de suas diferenças. Estratégias e técnicas, conjuntamente, constituem focos locais de poder/saber. O que devemos buscar é o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. A dinâmica extremamente móvel de funcionamento do poder ressalta que as relações de poder/saber são matrizes de transformações. Esse movimento de transformações está inserido dentro de uma estratégia global que, por sua vez, se apóia em diversas relações locais de poder.

Já a relação que se estabelece entre o nível estratégico e global e o nível local e tático implica em um duplo condicionamento, no qual não há descontinuidade nem homogeneidade, apesar das diferenças e especificidades. O modo de articulação dos dispositivos de poder e as estratégias globais é caracterizado exatamente por esta determinação recíproca. Duplo condicionamento: “de uma estratégia, através da especificidade das táticas possíveis; e das táticas, pelo invólucro estratégico que as faz funcionar”²⁵.

Admitir a complexidade e a instabilidade desse jogo em que o discurso pode ser, simultaneamente, instrumento e efeito de poder e, também, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta é admitir a polivalência tática dos discursos. “O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”²⁶. O que devemos ter em mira são efeitos recíprocos de poder e saber que os discursos produzem. Também devemos perguntar qual é a conjuntura e a correlação de forças que tornam imprescritível a utilização do discurso como articulação entre poder e saber.

Romper com a análise mecanicista e idealista do poder é substituir o modelo do direito pelo modelo estratégico, que apresenta o poder como difuso e totalizante, simultaneamente; isto é, um poder onipresente. Mas um poder que também é relacional e mutável, ou seja, susceptível. A concepção de poder como uma estratégia mostra que quaisquer rupturas nas linhas de poder tornam-se lutas políticas. Uma inversão da noção de poder dominante, onde o centro da luta política é a relação entre capital e trabalho, priorizando-se as mudanças políticas e econômicas. Se a rede de dispositivos do poder abrange amplos e diversos setores de organização da vida, inúmeros são os pontos de ruptura que podem ser acionados para produzir uma transformação global.

Como o poder não emana de uma matriz única, de onde se disseminaria por toda sociedade, a resistência acaba não sendo exterior ao poder. Isto é, “onde há poder, há resistência”²⁷ significa – além de apontar o caráter relacional das correlações de poder – que os pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder, não havendo o lugar do foco de rebelião ou da grande recusa. Como o poder é exercido a partir de inúmeros pontos, as resistências acontecem sempre no plural. Para os novos sujeitos da História, a questão torna-se, então, como escapar das malhas finas do poder, já que mesmo as resistências estão colocadas no campo estratégico das relações de poder e aí se inscrevem como o interlocutor irredutível.

Micropolíticas e subjetividade

No campo da política, as novas singularidades propostas pelos diversos movimentos sociais emergem como resistência e ruptura em relação aos processos de usinagem homogeneizante das subjetividades submetidas à ordem do capital. As possibilidades de construção de outras subjetividades, que se produzam como ruptura na subjetividade dominante de “massa-consumidora”, são múltiplas e várias, não se limitando ao campo dos novos movimentos sociais. O surgimento das novas subjetividades acontece de uma maneira mais próxima de uma ruptura dionisíaca do que de uma gestação apolínea, levando a deslocamentos na História.

Como um operador semiótico a serviço de formações sociais determinadas, o capital assume a regulação e a sobrecodificação das relações de poder próprias às sociedades contemporâneas. Para manter sua reprodução, o capitalismo é obrigado a construir e impor seus próprios modelos de desejo, produzindo um “inconsciente maquínico”²⁸ que se expande muito além dos limites do inconsciente psicanalítico como dispositivo intrapsíquico. A mídia, a publicidade e os equipamentos coletivos

reportam-se incessantemente às técnicas de recentralização do inconsciente no sujeito individuado mas produzem, de fato, um *inconsciente maquínico* que, além de abranger as individualidades, também produz intensamente as forças sociais e as realidades históricas.

O *inconsciente maquínico* pode também reterritorializar novas formas de singularidades. São “fluxos esquizo” que abrem as possibilidades de novos agenciamentos de enunciação: simultaneidade de sujeito, objeto e meio de expressão, ruptura da tripartição entre o campo da realidade, o campo da representação e o campo da subjetividade. Os agenciamentos coletivos de enunciação produzem seus próprios meios de expressão, pois trabalham simultaneamente os fluxos semióticos, os fluxos materiais e os fluxos sociais. Por não coincidirem com as individualidades biológicas, os agenciamentos coletivos de enunciação possuem um caráter diferente de uma enunciação individuada, instância reificadora da significação dominante. A enunciação maquínica circunscreve grupos-sujeitos que atravessam ordens diferentes, possibilitando a proliferação de um conjunto de máquinas desejantes, produções singulares e heterogêneas: os novos movimentos sociais. “Só um grupo-sujeito pode trabalhar fluxos semióticos, quebrar as significações, abrir a linguagem para outros desejos e forjar outras realidades”²⁹.

A prática micropolítica realiza-se através de uma rede de revoluções moleculares operando em processos maquínicos: devir, platô de intensidade pelo qual o “inconsciente maquínico” nos faz transitar. O devir liga-se à possibilidade ou não de um processo se singularizar: devir mulher, devir criança, devir negro, devir homossexual. Entrar em ruptura com as estratificações dominantes é produzir processos de subjetivação como um problemática da multiplicidade e da pluralidade e não como identidade cultural, de retorno do Mesmo. Se a desterritorialização da produção gera a molecularização do fascismo, as revoluções moleculares são as forças sociais e materiais que inventam criativamente o desejo de mutação. Revolução molecular: transformação radical das relações sociais em todos os níveis, movimento global de retomada das máquinas técnicas pelas máquinas desejantes, correlativa da promoção de práticas analíticas e micropolíticas novas³⁰.

É necessária uma distinção entre os conceitos de indivíduo, subjetividade e singularidade. O termo indivíduo deve ser entendido como uma entidade abstrata produzida pela modelização, serialização e fragmentação nas sociedades capitalistas. Já a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação, sendo fabricada e modelada no registro social: os processos de subjetivação não são centrados em indivíduos ou em grupos, sendo duplamente descentrados. Os processos de subjetivação implicam no funcionamento de máquinas de expressão que são de caráter extra-individual e infrapsíquica, sendo uma função cuja fonte é o modo de organização social, política, econômica, jurídica e cultural. Singularidade, ou processo de singularização, é a criação de novos territórios de vida, cruzamento transversal inesperado de territórios já existentes, ação subversiva do desejo como semiotização inédita da existência social e não como representação ou simbolização.

Seguimos o caminho teórico aberto por autores que realizaram a tarefa da elaboração de conceitos para captar a crise global contemporânea, que não se situa apenas ao nível das relações sociais explícitas, mas envolve também uma “crise dos modos de subjetivação, dos modos de organização e de sociabilidade, das formas de investimento coletivo de formações do inconsciente”³¹. A atual crise mundial é a crise dos modos de semiotização do capitalismo. Ou seja, esta crise é das semióticas de modelização da produção de subjetividade e de controle social, indo além do nível das semióticas econômicas. Isto significa que tais conjuntos de crises não conseguem mais serem explicadas por teorias tradicionais, sejam sociológicas ou econômicas. Afirmar a singularidade como processo semiótico é tentar romper com categorias da tradição filosófica e científica, de modo a recusar tanto a privatização capitalista pressuposta pela noção de indivíduo quanto o papel constituinte da consciência, isto é, do sujeito como faculdade soberana de representação e de simbolização.

Os modos de produção do capitalismo funcionam além da ordem do capital, abrangendo principalmente um modo de controle da produção de subjetivação. “O capital ocupa-se da sujeição econômica e a cultura, da sujeição subjetiva”³². Neste sentido, os termos “comunicação de massa” ou “cultura de massa” devem ser entendidos como dispositivos que operam a compartimentação do

modo de produção de subjetividades, fabricando individualidades serializadas: a “comunicação de massa” é, portanto, o elemento fundamental da produção de subjetividade nos modelos capitalistas, fabricando indivíduos normalizados e articulados segundo sistemas de valores hierárquicos e de submissão. No capitalismo contemporâneo, a questão política central é a produção de subjetividade, que vai além da produção da subjetividade individuada e abrange uma produção de subjetividade social: uma produção de subjetividade que é encontrada em todos os níveis da produção e do consumo.

Podemos construir linhas de fuga ao poder ubíquo dessa máquina capitalista de produção de subjetividade, enxergando – nas rupturas abertas pelos processos de singularização – uma recusa que visa construir novos modos de sensibilidade e criatividade, produtores de uma subjetividade singular³³. Tais processos de singularização, ao desenharem novas cartografias do desejo, irreduzíveis ao controle centralizado, criam condições de possibilidade para a emergência de revoluções moleculares, constituindo micropolíticas. “Toda problemática micropolítica consistiria, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidade no próprio nível de onde eles emergem”³⁴.

Identidade é uma categoria filosófica que atua como princípio de imobilidade do desejo, impedindo a passagem pela diferença e a criação de singularidades. A identidade é um conceito de referência, de circunscrição da realidade a quadros de referência, trazendo implicações políticas e micropolíticas desastrosas. O conceito de identidade serve para veicular modos de representação da subjetividade que a reificam, transformando ações e processos diferenciadores em substâncias e essências, entidades ou coisas .

Os processos de singularização abrem rupturas na individualidade serializada produzida pela “cultura de massa”, nesta subjetividade normalizada que é a de um sujeito-objeto da administração e da organização capitalistas. Já o devir liga-se à possibilidade ou não de um processo de singularização, no qual singularidades femininas, homossexuais, negras etc podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes. Os novos movimentos sociais devem apostar na multiplicidade e na pluralidade, rompendo com as propostas de proteção da identidade cultural, pois a identidade significa o retorno ao Mesmo, ao Idêntico. Enquanto atuarem como processos de singularização, de autonomia ou de micropolítica em suas diferentes formas de resistência molecular, esses movimentos conseguirão manter em permanente questionamento o projeto de controle social em escala planetária.

Entendemos que a micropolítica, enquanto uma cartografia do desejo, implica na invenção da autonomia que não se circunscreve às práticas alternativas, aos movimentos das minorias organizadas ou às ações de revolta, resistência e contestação. Partindo desses territórios de existência, esta cartografia os ultrapassa e desenha novos campos de ação e de vida, produzindo autonomies que podem alterar a relação de poder na sociedade. Entretanto, apesar da possibilidade de rupturas, os novos movimentos sociais sempre correm o risco da reiteração do que combatem, aprisionando os novos territórios vitais nas antigas territorialidades do já pensado e do já desejado.

Uma visão teórica oposta descreve que os novos movimentos sociais são meras formas arcaicas e residuais de modos de subjetivação, que devem ser superadas ou reutilizadas de um modo moderno. Esta é a visão da hegemonia neoliberal da Escola de Chicago e de Freedman³⁵, que propõe uma política de “darwinismo social” para superação dos arcaísmos, onde a “seleção” tem por base uma axiomática fundada na propriedade privada, no lucro e na segregação social. Já outra visão – tipo “terceira via” social-democrata de Giddens³⁶ – aposta na “recuperação” dos novos movimentos sociais através do deslocamento da política do eixo leste/oeste para o eixo norte/sul, reduzindo a problemática a uma geopolítica e a um “assistencialismo” cultural para “modernizar” os segmentos desfavorecidos.

Enquanto processo de singularização que assume a finitude humana, a produção de cartografias do desejo aponta para o provisório, o precário, o contingente e o fugaz³⁷. Entretanto, assumir que os processos históricos também são finitos e falíveis, não significa que esta constatação acarrete em perda de importância para um acontecimento emergente. Se a arte contemporânea tornou-se um domínio capaz de provocar uma ruptura radical nas significações dominantes, também nos novos movimentos sociais se encontram os núcleos de resistência “ao rolo compressor da subjetividade capitalística, da unidimensionalidade, do equivaler generalizado, da segregação, da surdez para a

alteridade”³⁸. Neste caso, a proposta de uma ecologia do virtual visa promover paradigmas ético-estéticos para o campo social, apontando para a dimensão da criatividade nas práticas sociais. Além da arte e da micropolítica, outros domínios como a Filosofia e a ciência também podem se constituir em lugares de resistência às redes de significações dominantes.

A potência estética de sentir, embora em igual direito às outras – potências de pensar filosoficamente, de conhecer cientificamente, de agir politicamente – talvez esteja em vias de ocupar uma posição privilegiada no seio dos agenciamentos coletivos de enunciação de nossa época.³⁹

Em suma: entendemos que a ecologia do virtual se propõe a funcionar como um dispositivo de criação de novos modos de subjetivação.

Esta ecologia do virtual terá por tarefa preservar “as espécies ameaçadas da vida cultural” – a poesia, a música, as artes plásticas, o cinema – e ainda engendrar “as condições de criação e de desenvolvimento de formações de subjetividade inusitadas”⁴⁰. Ou seja, se assume como produção de subjetividade. Também a proposta da ecosofia⁴¹ se apresenta como um dispositivo de subjetivação que atua em três campos, simultaneamente: como ciência dos ecossistemas, instrumento de regeneração política e também engajamento ético-estético, na iminência de criar novos sistemas de valores a partir de suavidade entre os gêneros, faixas etárias e etnias.

Os novos modos de subjetivação acabam por deslocar os antigos cenários de luta de classes, instaurando-se no imaginário e no campo cognitivo da Contemporaneidade. A manifestação do singular como multiplicidade afirma que só as singularidades são capazes de movimentos criadores das diferenças e de romperem com a lógica redutora da dominação capitalista. Este é o contexto de produção das novas subjetividades, que devem ser pensadas a partir das noções de micropolítica e revolução molecular, relacionadas com as concepções inovadoras da noção de poder. Pensar as singularidades significa pensar a construção das subjetividades coletivas tomando como ponto de partida os universos dos desejos. Se o poder emerge e sustenta-se por uma rede múltipla e dispersa que abarca todos os estratos da vida, a luta política deve procurar também múltiplos pontos de rupturas. O campo da política não pode mais ser reduzido à luta de classes: uma micropolítica do desejo deve investir em uma multiplicidade de objetivos ao alcance imediato dos mais diversos conjuntos sociais. O acúmulo de lutas parciais pode ou não desencadear lutas coletivas gerais.

É esta analítica das formações do desejo no campo social – a micropolítica – que realiza o cruzamento entre o nível das diferenças sociais mais amplas – o nível molar – com o nível molecular. As lutas sociais são, simultaneamente, molares e moleculares, não existindo entre estes dois níveis uma distinção opositiva. No nível molecular, o poder lança sua estratégia, faz agenciamentos e modeliza o desejo. Já no nível molar, o que se tem é o efeito global do poder, a partir dessa captura ao nível molecular.

A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referência. A ordem molecular, ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades. Essa travessia molecular dos estratos e dos níveis, operada pelas diferentes espécies de agenciamento, será chamada de transversalidade.⁴²

É neste sentido que entendemos a noção de máquina desejante ou produção desejante como multiplicidade pura que supera as categorias do múltiplo e do Uno, rompendo com o conceito freudiano de desejo enquanto produção do inconsciente e associado à representação:

O inconsciente funciona como uma usina e não como um teatro (questão de produção e não de representação); o delírio, ou o romance, é histórico-mundial, e não familiar (deliram-se as raças, as tribos, os continentes, as culturas, as posições sociais); há exatamente uma história universal, mas é a da contingência (como os fluxos, que são o objeto da História, passam por

códigos primitivos, sobrecodificações despóticas e decodificações capitalistas que tornam impossível uma conjunção de fluxos independentes).⁴³

O desejo é uma produção, capaz de produzir seus objetos e os modos de subjetivação que lhes correspondem.

Se o inconsciente (o desejo) é máquina, então, evidentemente, não existe sujeito do inconsciente; ele é, de saída, coletivo, político, social, histórico. O inconsciente (o desejo) não tem complexos, ele produz. O quê? Sujeito? Algumas vezes, em determinadas conjunturas, mas não necessariamente. O inconsciente maquínico produz tudo: a terra, os homens sobre a terra, suas relações, territórios com múltiplos devires possíveis.⁴⁴

São as máquinas desejanter, forças que investem o mundo social, que percorrem os acontecimentos sociais e produzem as subjetividades. As estratégias do poder passam pela captura dos investimentos desejanter: é no nível do “desejo” que se dá o funcionamento do poder, pois administrar o desejo é fundamental para um sistema totalizante. Por ser uma força capaz de dar sentido ao mundo, capturar o desejo torna-se uma condição indispensável para o funcionamento do poder da máquina capitalista. Para a máquina capitalista, o que está em jogo são os processos de desterritorialização e reterritorialização dos fluxos de desejo, sempre passíveis de serem capturados pelos dispositivos de poder. Dispositivos que podem se ligar a um corpo pleno determinado como *socius*, “que pode ser o corpo da terra, ou o corpo do déspota ou, então, o capital”⁴⁵. O capital aparece como o pressuposto natural do trabalho, mas não é o produto do trabalho: além de se opor às forças produtivas, o capital rebate-se sobre toda a produção e constitui uma superfície onde se distribuem as forças e os agentes de produção, que se tornam o seu poder.

Considerações finais

Se, como dissemos, o acontecimento de Maio de 68 abriu um novo ciclo revolucionário, instaurando processos que permitiram a tomada de consciência da transformação da qualidade social da produção e dos processos de trabalhos, foram exatamente os partidos comunistas e socialistas tradicionais que não perceberam a força dos novos modos de produção social emergentes com o capitalismo mundial integrado. Essa nova forma do capital como força transformadora do social está agora capacitada para traduzir qualquer seqüência da vida em termos de troca e de sobredeterminação com a urgência e a necessidade das operações de quantificação econômica e de comando político. A integração mundial possibilita ao capital controlar todos os tempos singulares da vida: “a família, a vida pessoal, o tempo livre e talvez os fantasmas e o sonho, tudo está a partir de então sujeito às semióticas do capital”⁴⁶. Este contexto de assimilação progressiva da sociedade à lógica do capital e de desterritorialização dos processos produtivos acaba por converter as classes operárias em massa de consumo.

Para as lutas singularizantes dos novos movimentos sociais, a analítica foucaultiana do poder descortina os processos de subjetivação como práticas de poder/saber que têm o corpo por espaço de manifestação. É pelo corpo que se dá a associação entre poder e saber (ou então, poder e saber seriam abstrações). Teorizar sobre os novos sujeitos históricos é pensar como o sujeito se constitui como produto de um processo de subjetivação no entrecruzamento de poder e saber no corpo.

O que as novas subjetividades colocam em jogo são os critérios de uma estética da existência: a produção da vida como uma obra de arte, a elaboração estilística do eu no caminho de construção de um grupo-sujeito. Produzir novas experiências de sentido dentro das condições históricas da Contemporaneidade é apostar na emergência de subjetividades que causam rupturas em diversos e simultâneos pontos da rede do poder.

Notas

- ¹ Para aprofundar as questões sobre produção de novas subjetividades e microfísica do poder, consultar: AGUIAR, Leonel Azevedo de. **A emergência das novas subjetividades e o movimento ecológico: um campo de comunicação na Contemporaneidade**. 182 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- ² TOURAINE, Alain. **Le mouvement de Mai ou le comunisme utopique**. Paris: Seuil, 1969.
- ³ EWALD, François. O fim de um mundo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). **Michel Foucault, o dossier: últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 93.
- ⁴ GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 39.
- ⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mai 68 n'a pas eu lieu. *Les Nouvelles*, Paris, 3 mai 1984. p. 75. Disponível em: <http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/?q=node/87>. Acesso em 15 de outubro de 2008.
- ⁶ FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 78.
- ⁷ FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: ESCOBAR, C. H. (org.), *op. cit.*, p. 81.
- ⁸ FOUCAULT, M. Não ao sexo rei. In: _____. **Microfísica do poder**, *op. cit.*, p. 237.
- ⁹ DELEUZE, Gilles. As dobras ou o lado de dentro do pensamento (subjetivação). In: _____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 123.
- ¹⁰ LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.
- ¹¹ DELEUZE, Gilles. As dobras ou o lado de dentro do pensamento (subjetivação). In: _____. **Foucault**, *op. cit.*, p. 123.
- ¹² FOUCAULT, M. Poder-corpo. In: _____. **Microfísica do poder**, *op. cit.*, p. 147.
- ¹³ FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a História. In: _____. **Microfísica do poder**, *op. cit.*, p. 24.
- ¹⁴ FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In: _____. **Microfísica do poder**, *op. cit.*, p. 175.
- ¹⁵ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 239.
- ¹⁶ AGUIAR, Leonel Azevedo de. A amizade filosófica entre Deleuze e Foucault: questões em torno da noção de poder. In: CRUZ, Jorge (org.). **Gilles Deleuze: sentidos e expressões**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006, p. 111-133.
- ¹⁷ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 171.
- ¹⁸ DELEUZE, G. Um novo cartógrafo. In: _____. **Foucault**, *op. cit.*, p. 33-53.
- ¹⁹ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**, *op. cit.*, p. 29.
- ²⁰ FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 90.
- ²¹ FOUCAULT, M., *op. cit.*, p. 172.
- ²² *Idem, ibidem*.
- ²³ *Idem*, p.30.
- ²⁴ FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**, *op. cit.*, p. 90.
- ²⁵ *Idem*, p. 95.
- ²⁶ *Idem*, p. 96.
- ²⁷ *Idem*, p. 91.
- ²⁸ GUATTARI, F. **O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise**. Campinas: Papyrus, 1988.
- ²⁹ GUATTARI, F. Micropolítica do fascismo. In: _____. **Revolução molecular: as pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 179.
- ³⁰ GUATTARI, F. O inconsciente maquínico e a revolução molecular. In: _____. **Revolução molecular**, *op. cit.*, p. 172.
- ³¹ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**, *op. cit.*, p. 191.
- ³² *Idem*, p. 16.
- ³³ *Idem*, p. 17.
- ³⁴ *Idem*, p. 130.

³⁵ Para uma discussão sobre a visão da Escola de Chicago e de Milton Freedman, tido como fundador do pensamento econômico neoliberal na década de 1970, em relação aos novos movimentos sociais, consultar:

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**, *op. cit.*, p. 192.

³⁶ GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991, p. 45.

³⁷ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**, *op. cit.*, p. 193.

³⁸ GUATTARI, F. Oralidade maquínica e ecologia do virtual. In: _____. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 115.

³⁹ GUATTARI, F. O novo paradigma estético. In: _____. **Caosmose**, *op. cit.*, p. 130.

⁴⁰ GUATTARI, F. Oralidade maquínica e ecologia do virtual. In: _____. **Caosmose**, *op. cit.*, p. 116.

⁴¹ GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

⁴² GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**, *op. cit.*, p. 321.

⁴³ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 7.

⁴⁴ EWALD, François. A esquizo-análise. In: ESCOBAR, Carlos Henrique. **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon, 1991, p. 90.

⁴⁵ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 1995, p. 15.

⁴⁶ GUATTARI, F.; NEGRI, Antonio. **Os novos espaços da liberdade**. Coimbra: Centelha, 1987, p. 15.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel Azevedo de. A amizade filosófica entre Deleuze e Foucault: questões em torno da noção de poder. In: CRUZ, Jorge (org.). **Gilles Deleuze: sentidos e expressões**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006, p. 11-133.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **A emergência das novas subjetividades e o movimento ecológico: um campo de comunicação na Contemporaneidade**. 182 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G.; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mai 68 n'a pas eu lieu. Les Nouvelles, Paris, 3 mai 1984. p. 75-76. Disponível em: <http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/?=node/87>. Acesso em 15 de outubro de 2008.

EWALD, François. O fim de um mundo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). **Michel Foucault, o dossier: últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

EWALD, F. A esquizo-análise. In: ESCOBAR, C. H. (org.). **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon, 1991, p. 89-92.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. In: ESCOBAR, C. H. (org.). **Michel Foucault, o dossier: últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GIDDENS, Antony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.
- GUATTARI, F. **O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise**. Campinas: Papirus, 1988.
- GUATTARI, F. **Revolução molecular: as pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUATTARI, F.; NEGRI, Antonio. **Os novos espaços da liberdade**. Coimbra: Centelha, 1987.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.
- TOURAINÉ, Alain. **Le mouvement de Mai ou le comunisme utopique**. Paris: Seuil, 1969.

